

ENVOLVIMENTO: GRAUS.

41 parlamentares listados

A análise técnica feita pela CPI do Orçamento nos documentos apreendidos em poder da empresa Norberto Odebrecht distingue em graus diferentes o envolvimento dos 41 parlamentares listados pela empreiteira. Por essa análise, a documentação registra parlamentares que, segundo a empresa, têm expectativa de ajuda eleitoral e outros, com percentuais ao lado de seus nomes, indicando ganho financeiro pela ajuda na aprovação de obras específicas. Alguns desses parlamentares também estão citados na última relação enviada à CPI pelo ex-assessor do Orçamento, o economista José Carlos Alves dos Santos.

Segundo essa análise da subcomissão, entregue ontem à noite ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), somam 11 os parlamentares que a empresa relaciona na condição de pagos com percentuais das verbas destinadas às obras. Entre estes, ainda de acordo com o documento da subcomissão, estão os nomes dos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Waldomiro Lima (PDT-RS), entre outros. O deputado Miguel Arraes (PSB-PE) consta como solicitante de recursos para campanha, orçado pela empresa em 30 mil dólares mensais. Arraes desmentiu.

A deputada Roseana Sarney, segundo a agenda pessoal do diretor da Odebrecht, Ailton Reis, em cuja residência foi apreendido todo o material sob exame da CPI, reuniu, pelo menos uma vez em sua casa no dia 18 de agosto deste ano, parlamentares e o representante da empreiteira para discutir emendas ao Orçamento. A documentação isenta o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI do Orçamento, da acusação de receber suborno. A citação ao deputado é subjetiva: ele é classificado como um parlamentar que alimenta a expectativa de receber apoio eleitoral.

Segundo o documento da CPI, a empresa Odebrecht afirma sobre Arraes: "A documentação refere-se, ainda, ao deputado Miguel Arraes dizendo que o mesmo solicitou recursos para sua campanha eleitoral e o orçamento mensal de despesa foi orçado em US\$ 30 mil, sendo que o parlamentar solicitou uma parte adiantada deste total". Além do relator, constam sob essa especificação subjetiva um grupo de 14 políticos, entre os quais o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão (PFL-PI), e o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE). Segundo o texto da empresa, transcrito na avaliação técnica, "eles não cobram pela ajuda às empreiteiras, mas esperam apoio nas eleições".